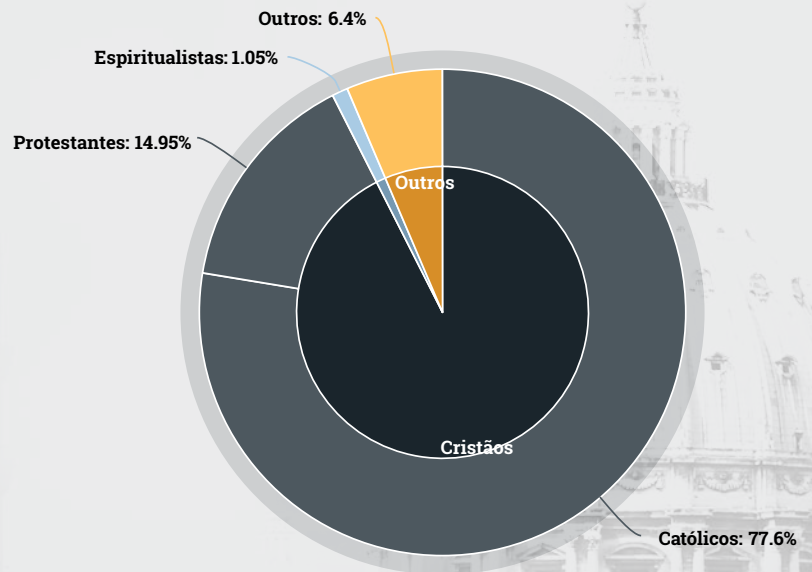


Venezuela



No seu preâmbulo, a Constituição da Venezuela invoca a proteção de Deus com o supremo objetivo de refazer a república, de modo a estabelecer uma sociedade democrática e, entre outros, garantir o direito à igualdade sem discriminação ou subordinação.^[1]

A Constituição também afirma que todos são iguais perante a lei. Consequentemente, nenhuma discriminação é permitida com base na raça, sexo, credo, estatuto social ou outros fatores, ou para fins de destruir ou alterar o reconhecimento, gozo e exercício igual dos direitos e liberdades do povo. A Constituição afirma ainda que todos têm direito a expressar os seus pensamentos e opiniões livremente, abertamente e sem censura. O anonimato não é permitido, nem a propaganda de guerra ou mensagens discriminatórias ou que promovam a intolerância religiosa.

A Constituição garante a independência e a autonomia das Igrejas e grupos religiosos. Os pais têm direito que seus filhos recebam educação religiosa de acordo com as suas convicções.

Todos têm direito à liberdade de consciência e o direito a expressá-la. Ninguém pode invocar objeção de consciência para evitar cumprir a lei ou impedir outros de cumprir a lei ou de exercerem os seus direitos.

Em relação à proteção laboral, todas as formas de discriminação baseadas na política, idade, raça, sexo, credo ou qualquer outra condição são proibidas.

[1] http://www.cne.gob.ve/web/normativa_electoral/constitucion/preambulo.php (acesado em 12 de Abril de 2016)

Quanto aos direitos dos povos indígenas, o Estado reconhece o seu direito às suas próprias organizações sociais, políticas e econômicas e à sua cultura, costumes, línguas e religiões. Da mesma forma, têm direito a manter e promover as suas identidades étnicas e culturais, visões do mundo, valores e locais de culto sagrados.^[2]

INCIDENTES

Em setembro de 2014, durante um encontro de trabalho sobre a elaboração de um “sistema de educação socialista”, a Arquidiocese de Caracas falou contra a oração “Chávez nuestro” (Chávez Nosso), como nova versão por assim dizer da oração do Pai Nosso.^[3]

Em outubro de 2014, os antigos residentes da aldeia de Carmen de Uria protestaram com faixas e slogans quando o Governo regional anunciou que a sua igreja, que foi um dos poucos edifícios que se mantiveram depois da tragédia de Vargas de 1999, seria transformado num espaço para sem-teto e numa instalação para reabilitação de toxicodependentes.^[4]

[2] http://www.cne.gob.ve/web/normativa_electoral/constitucion/titulo3.php (acesado em 12 de Abril de 2016)

[3] <http://cnnespanol.cnn.com/2014/09/03/arzobispado-de-caracas-rechaza-el-chavez-nuestro-y-sugiere-que-es-pecado-de-idolatria/#0> (acedido a 12 de Abril de 2016), cf. <http://derechoyreligion.uc.cl/es/docman/boletin-juridico/2014/34-bj-sept-2014/file> (acesado em 13 de Abril de 2016)

[4] http://www.eluniversal.com/noticias/caracas/carmen-uria-luchan-por-preservar-iglesia_102394 (acesado em 13 de Abril de 2016)

Em fevereiro de 2015, O Conselho Evangélico da Venezuela rejeitou as acusações de espionagem feitas pelo presidente Nicolás Maduro contra quatro missionários norte-americanos. O Conselho afirmou que tudo o que os missionários estavam fazendo era trabalho humanitário inspirado nos mais elevados valores cristãos.^[5]

Em junho de 2015, a Comissão Justiça e Paz da Conferência Episcopal Católica da Venezuela emitiu uma declaração expressando preocupação com a repentina transferência de Daniel Ceballos, antigo presidente da câmara de San Cristóbel, para outro centro de detenção sem informar os seus familiares e advogados. O antigo presidente da câmara, Ceballos, e o líder da oposição, Leopoldo Lopez, entraram em greve de fome no final de maio. A comissão apelou para que as autoridades venezuelanas garantissem que todos os detidos por razões políticas tivessem acesso a um médico de sua escolha, bem como aos seus familiares, a equipes jurídicas e a agências humanitárias como a Cruz Vermelha.^[6]

Em junho de 2015, no Dia dos Pais, o Cardeal Jorge Urosa Savino, Arcebispo de Caracas, enviou uma carta ao líder da oposição, Leopoldo Lopez, pedindo-lhe que pusesse fim à sua greve de fome para o bem da sua saúde, e que continuasse a sua luta pela liberdade e pela democracia.^[7]

Em julho de 2015, o presidente da Conferência Episcopal Católica, Dom Diego Padron, apelou a que os cidadãos participassem nas eleições parlamentares, referindo que as eleições são uma importante oportunidade para voltar a moldar a vida econômica e social do país.^[8]

Da mesma forma, no novembro seguinte, a Conferência Episcopal Católica emitiu uma declaração relativa às eleições para a Assembleia Nacional venezuelana, dizendo que o povo tinha de ter consciência da grande responsabilidade associada ao ato de votar.^[9]

Em agosto de 2015, a Comissão Justiça e Paz da Conferência Episcopal Católica emitiu uma declaração expressando profunda preocupação com várias alegações de violações graves dos direitos humanos no âmbito do Decreto de Suspensão das Garantias Constitucionais, em vigor em vários municípios ao longo da fronteira entre a Colômbia e a Venezuela. A comissão tinha recebido relatos de que cidadãos colombianos estavam sendo deportados em massa sem aviso prévio, forçados a sair de repente sem alimentos ou bens pessoais, que as famílias estavam sendo separadas com força excessiva e desproporcional. A sua declaração concluiu lembrando

as autoridades que tinham a obrigação de garantir os direitos humanos de todos, incluindo dos estrangeiros sob a sua jurisdição.^[10]

Em setembro de 2015, os bispos da Colômbia e da Venezuela emitiram uma declaração conjunta de fraternidade, apelando à paz entre os dois países e à unidade e solidariedade em relação à disputa da fronteira dos seus países.^[11]

Em outubro de 2015, os Estados Unidos expressaram forte preocupação com o aumento da perseguição de grupos religiosos no Oriente Médio, na África Subsaariana e na Ásia. O Departamento de Estado, no seu Relatório da Liberdade Religiosa Internacional, referiu que a intolerância religiosa e a hostilidade combinadas com outras exigências políticas, econômicas ou sociais levam frequentemente à violência. E citou a Venezuela como um dos países da América Latina onde os líderes e os ativistas se mantêm fortes, apesar das várias restrições, da perseguição e das prisões.^[12]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

A Venezuela está atravessando uma profunda crise política e social. O seu registro de direitos humanos está constantemente sendo reavaliado. Neste contexto, a Igreja Católica é uma participante ativa através da publicação de declarações sobre questões relevantes, de apelos ao respeito pelos direitos humanos e do seu encorajamento aos cidadãos para que exerçam os seus deveres cívicos.

Em comparação com o período anterior, o período entre 2014-16 testemunhou alguns desenvolvimentos que sugerem uma tendência para a intolerância ou a discriminação religiosa. Os problemas políticos, econômicos e sociais do país monopolizaram as atenções. A Igreja Católica tem trabalhado para a paz e a reconciliação. Até certo ponto, as perspectivas para a liberdade religiosa parecem ter melhorado.

[5] <http://consejoevangelico.org.ve/?p=2102> (acedido a 12 de Abril de 2016)

[6] <http://www.cev.org.ve/index.php/noticias/121-comunicado-violacion-de-los-ddhh-de-ceballos-y-presos-politicos> (acesado em 14 de Abril de 2016)

[7] http://www.arquidiocesisdecaracas.com/iglesia_comu/popup_noticias/noticias_210615.html (acesado em 12 de Abril de 2016)

[8] http://www.eluniversal.com/noticias/opinion/iglesia-politica_28861 (acesado em 13 de Abril de 2016)

[9] <http://www.celam.org/noticelam/detalle.php?id=MTcwnQ> (acesado em 13 de Abril de 2016)

[10] <http://www.cev.org.ve/index.php/noticias/134-comunicado-de-la-comision-de-justicia-y-paz-de-la-cev-sobre-la-actual-situacion-en-la-zona-fronteriza-colombiano-venezolana> (acesado em 13 de Abril de 2016)

[11] <http://redamazonica.org/wp-content/uploads/2015/09/Mensaje-Obispos-Colombiano-Venezuela.pdf> (acesado em 13 de Abril de 2016)

[12] <http://elvenezolanonews.com/old/?p=253172> (acesado em 13 de Abril de 2016)